



APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DA TRANSTERRITORIALIDADE EM UMA FEIRA AMAZÔNICA RIBEIRINHA: O CASO DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA)¹

Mirian Clara Carvalho Rodrigues²

Maeli de Souza Caldas³

RESUMO

Este artigo é um ensaio teórico sobre o conceito de *transterritorialidade*, tendo como pioneiro na geografia brasileira o geógrafo Rogério Haesbaert, que o compreende como a territorialidade regida “no e pelo movimento” (2012, p. 31). Neste sentido, considerando que a feira livre corresponde a um espaço de centralidade na dinâmica das cidades ribeirinhas amazônicas, pois trata-se de um polo econômico com convergência de fluxos e territorialidades, esta é entendida como um dos espaços de maior expressividade transterritorial no urbano ribeirinho. Portanto, busca-se abordar conceitualmente a transterritorialidade e, por fim, utilizá-la como subsídio para compreender como esta manifesta-se a partir do espaço da Feira Livre de Cametá, estado do Pará.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Transterritorialidade, Feira Livre, Identidade.

ABSTRACT

This article is a theoretical essay on the concept of *transterritoriality*, having as a pioneer in Brazilian geography the geographer Rogério Haesbaert, who understands it as territoriality governed “in and by movement” (2012, p. 31). In this sense, considering that the Free Fair corresponds to a space of centrality in the dynamics of Amazonian riverside cities, because it is an economic pole with convergence of flows and territorialities, it is understood as one of the spaces of greatest transterritorial expressivity in the riverside urban. Therefore, we seek to conceptually approach the transterritoriality and, at last, use it as a subsidy to understand how it manifests itself from the space of the Free Fair in Cametá, Pará state.

Key words: Territory, Territoriality, Transterritoriality, Free Fair, Identity.

INTRODUÇÃO

¹ Os resultados contidos nesse artigo são parte do levantamento bibliográfico realizado para a construção da dissertação de mestrado, na linha de pesquisa *Análises socioespaciais e territoriais das cidades na Amazônia*, do Programa de pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), sob a orientação do professor Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto. A pesquisa conta com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará – UEPA, mirianrodrigues13@outlook.com.

³ Pós-Graduanda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará – UEPA, maelydesouza@hotmail.com.



O espaço lócus da pesquisa é um ambiente composto por um conjunto de micro feiras, mercados e bancas repletas de pessoas, vindas de diferentes espaços, disputando espaço frente às hortaliças, verduras, frutas, roupas e importados, comportando também múltiplas relações sociais que vão desde os conflitos por espaço até os laços mais afetivos de solidariedade com próximo. Assim, as atividades desenvolvidas no interior da feira – comerciais ou culturais – provocam a construção de territórios delimitados materialmente ou circunscritos simbolicamente.

Os fluxos de pessoas e mercadorias que emanam das águas e estradas para as feiras amazônicas, descortinam uma polissemia de territorialidades que somente são possíveis a partir do deslocamento de seus frequentadores. A correria ainda que vista de longe, revela a velocidade das relações existentes, é o espaço da oralidade e do imprevisto, da relação direta que vai das expressões regionais ao toque, do pregão ao negócio realizado.

A feira é, concomitantemente, uma instituição fragmentada e articulada, “fruto” dos processos produtivos desenvolvidos pelos agentes sociais que, ao se deslocarem e se apropriarem materialmente e simbolicamente do espaço, evocam uma multiplicidade de territorialidade (BRAUDEL, 1998, p.16) a qual podemos definir de transterritorialidade.

A fim de compreender as territorialidades presentes a partir do espaço da Feira Livre de Cametá, cidade ribeirinha emoldurada pela floresta amazônica e banhada pelo rio Tocantins, este artigo consiste em um estudo no qual busca-se realizar uma análise conceitual da ideia de *transterritorialidade* a partir de um levantamento bibliográfico das obras de geógrafos nacionais e internacionais que tratam sobre o tema, para posteriormente utilizá-la como arcabouço na análise territorial da Feira Livre de Cametá (PA). O objetivo é utilizar esse estudo bibliográfico para compreender como se manifesta a (trans)territorialidade a partir do espaço estudado, portanto, faz-se necessário uma leitura aprofundada dos conceitos abordados (território, territorialidade e transterritorialidade), observação e análise do espaço pesquisado (sua estruturação e agentes sociais) e as territorialidades presentes dentro da feira (atentando para a direção dos fluxos e as territorialidades que surgem a partir dele).

Portanto, optou-se inicialmente por conceituar território e territorialidade para que se possa compreender a transterritorialidade e, mais adiante as formas econômicas, sociais e simbólicas que transitam dentro da feira livre e produzem uma identidade transterritorial peculiar a esse espaço em detrimento dos demais espaços da cidade.

METODOLOGIA



Com o intuito de atingir os objetivos propostos, priorizou-se o levantamento bibliográfico de livros, capítulos de livros, artigos, dissertações e teses buscando explorar noções de territorialidade e transterritorialidade. Somando-se a isso, fez-se uso de técnicas de observação, entrevistas, depoimentos e dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Prefeitura Municipal de Cametá e Sindicato dos Feirantes, com o propósito de conhecer o espaço *locus* e sujeitos de investigação para que possamos concebê-los a luz dos conceitos abordados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O território, assim como em qualquer acepção, tem a ver com poder, entretanto não se considera apenas o poder político ou de dominação, porém, também, em seu sentido simbólico ou mais implícito (HAESBAERT, 2014) presente na concretude das relações de poder não limitadas à atuação do Estado ou uma instituição, estendendo-se à complexidade das situações que ocorrem na vida em sociedade, ou seja, envolvem outros processos da vida cotidiana como a família, a universidade, a igreja, o lugar de trabalho, o bairro e outros (SAQUET, 2007). O indivíduo, através do desvendamento dessas relações de poder e de ideologia, integra-se à dinâmica socioespacial e às atividades da vida em sociedade, isso quer dizer que a existência de um feirante, por exemplo, só tem sentido quando suas relações sociais são espacializadas no espaço público, a feira.

Neste sentido, tem-se “o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social. (HAESBAERT, 1997; HAESBAERT, LIMONAD, 2007). A síntese dos estudos territoriais durante a sua trajetória acadêmica, permitiu a Saquet (2006, p. 82) enumerar as principais características de um território, são elas:

- a) a identificação e caracterização de mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades(des-continuidades), considerando-se suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural; b) a heterogeneidade, como tempos (temporalidades) e territórios (territorialidades) ou as múltiplas formas e relações, em interação; c) a identidade ou traços comuns; d) as articulações territoriais, em rede, como um único movimento e, e) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados em processos territoriais.

Nessa lógica, território é natureza e sociedade, é também o espaço das heterogeneidades, do domínio e da subordinação, formando redes e conexões por meio de relações sociais de des-continuidades construídas historicamente e nas mais diversas escalas. Além disso, “é espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente)” (SAQUET, 2006,



p. 83). Essas formas de “apropriação econômica, política e cultural formam territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais” (SAQUET, 2003, p.28)

Isto posto, quando trazemos a relação simbólica do território, cuja a marca principal concentra-se no cotidiano e na geograficidade dos sujeitos atuantes, estamos refletindo sobre o papel de homens e mulheres que lutam pela sobrevivência, cujas práticas e atuações carregam elementos diversos, tanto econômicos, sociais e afetivos, quanto culturais. Portanto, o território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, pois

[...] é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p.241).

As relações de poder são produtoras de relações sociais diversas, por meio das quais podemos identificar valores e sentidos da ação de uma dada população (BOLIGIAN E ALMEIDA, 2003, p. 241), em consequência disso, tem-se o território como “produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p.40), (HAESBAERT, 1999b, p.172). Quando um grupo social territorializa um determinado espaço, este projeta e materializa no mesmo suas representações sociais, imagens, símbolos e mitos, e, portanto, sua cultura.

Têm-se mais uma vez o papel do homem ou grupo social na constituição do sentido simbólico do território, podendo estes serem moradores dos territórios em questão ou sujeitos externos, seja pela população em geral ou uma parcela dela, seja por empresários ou até mesmo o Estado (CORRÊA, 2012). Compreendem “agentes modeladores” do “plano simbólico” territorial, ou seja, o espaço não é modelado apenas em suas dimensões materiais, mas também através das imagens e identidades espaciais. Diante disso, os grupos sociais produzem uma “representação social [ou sócio-espacial] de si mesmos”. (SOUZA; TEIXEIRA, 2009, p. 32).

A territorialidade surge, assim, como condição pré-existente ao território, manifestando-se das mais diversas maneiras: como “totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas” (GIL, 2004, p.3); e nas mais variadas escalas sociais e espaciais ao longo do tempo (RAFFESTIN, 1993), sendo elas a nível local, cotidiano, regional ou a nível nacional e supranacional (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Compreende também de uma estratégia, isto é, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e o contexto histórico e geográfico em que este está inserido (SACK, 1986). Como tratam-se de sociedades heterogêneas, momentos históricos e espacialidades distintas, reconhece-se a existência de diversos níveis de territorialidade que



variam conforme os diferentes graus de acesso às pessoas, relações e coisas, ou seja, seus níveis de penetração vão desde espaços quase inacessíveis comandados por facções criminosas às ruas de uma feira livre, espaço público.

Independentemente do nível de permeabilidade, são identificadas três relações interdependentes contidas na definição de territorialidade, que para Sack (1986) são elas:

- a territorialidade envolve uma forma de classificação por área (o que restringe sua noção de território ao que chamaremos aqui de território-zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os territórios-rede ou de lógica reticular);
- a territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (“uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão” [1986;21]);
- a territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no interior. (SACK, 1986 apud HAESBAERT, 2004, p. 88)

Seguindo essa lógica, a territorialidade e o território são instrumentos de padronização e classificação (interna ao território), pois permitem uma classificação por área, modelos de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle (SACK, 1986). Os sujeitos que vivenciam o território e seus limites compartilham, em determinado sentido, a mesma subordinação ao controle interno do território e a relação de diferença aos espaços e sujeitos exteriores aos seus limites, evidenciando muitas vezes o processo de exclusão.

Neste sentido, é no território que diversas formas territoriais e aspectos do mundo vivido e/ou espaço de sobrevivência coexistem de forma dialética, por essa razão, compreender as territorialidades e os territórios no final do século XX tornou-se ainda mais complexo, pois é o momento em que a “sociedade informacional, global e em rede” (CASTELLS, 2002) fez ascender uma multiplicidade de poderes que resultaram em “novos usos” do território e na sua promoção à categoria geográfica – “território usado” (SANTOS; SILVEIRA, 2003; SANTOS, 2002) – bem como a abundância de diversas metáforas e/ou mitos como o “fim dos territórios”, “desterritorialização”, “desenraizamento”, “reterritorialização”, “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007) e “transterritorialidade” (HAESBAERT, 2012).

Inspirados pela existência contemporânea, que nos apresenta uma simultaneidade atroz de eventos cuja as práticas sociais expressam cada vez mais a multi/transescalaridade das territorialidades e territórios, destacamos o conceito mais relevante da pesquisa: a chamada *transterritorialidade*.

Ainda pouco debatida entre os geógrafos, tem como um dos pioneiros na geografia brasileira Rogério Haesbaert (2012, p. 31), que a define como a territorialidade regida “*no e pelo movimento*”. Este autor, ao interpretar os processos de deslocamento entre territórios em



um ponto de vista relacional e integrador, conjugando as dimensões políticas, econômicas e culturais sob o prisma do atual modelo de sociedade de controle e regimes de (in) segurança, reforça a conformação de um território conectado por redes e evidencia a transterritorialidade na conformação destas redes (HAESBAERT, 2014). A transterritorialidade implicaria assim na viabilidade de um fluxo compulsório entre diferentes territórios e da vivência de múltiplas territorialidades, sucedendo, muitas vezes, em uma forma de contornar o quadro de precarização da vida em limites seletivos (FIUNI, 2017): como faz um morador de Barcarena (Pará) ou do bairro do Tenoné em Belém ao se deslocar até o Ver-o-Peso para realizar seu trabalho de venda formal e/ou informal e no trabalho doméstico nas residências e apartamentos da elite econômica, ou até mesmo de brasileiros que residem no Brasil mas deslocam-se até o Paraguai onde estão instaladas suas fazendas comerciais.

Seria o movimento de trânsito “[...] entre diferentes territorialidades [,] ao mesmo tempo que se busca contornar alguns dos constrangimentos (político, econômico ou cultural) a que se está subordinado” (HAESBAERT, 2014, p. 271, grifo do autor). Nesse sentido, na contemporaneidade, a transterritorialidade apresenta-se como *uma*

[...] territorialidade típica da sociedade biopolítica em que grupos específicos buscam contornar ou fugir dos efeitos barragem criados pelos campos de contenção, buscando extrapolar as barreiras segregadoras dos aglomerados de exclusão onde vivem como forma de garantir sua sobrevivência. (FIUNI, 2017, p.27)

Por esse ângulo, a transterritorialidade aqui discutida refere-se ao “trânsito” entre diferentes territórios, não no “sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância”, porém no sentido de *movimento* e do próprio “atravessamento” e sobreposição territorial – “não um simples passar – mas por um estar-entre”. (HAESBAERT; MONDARDO, 2011, p. 35). Valendo-se desses termos, é por demonstrar o “trânsito e a trans-formação”, sempre abertos e em movimento simultâneo (embora desigual), dos diferentes sujeitos no processo de territorialização dos espaços das feiras livres amazônicas que o prefixo *trans* pode evidenciar os processos de hibridização/(trans)territorialização (MONDARDO, 2018, p. 222).

Dessarte,

Pessoas, grupos, classes e instituições transitam entre territorialidades como *trânsito* entre sentidos de viver, muitas vezes opostos e em contradição, ao mesmo tempo que *transpassam* e são *transpassados* por territorialidades, podendo, inclusive, potencializar e produzir entrecruzamentos e/ou superposições através da “mistura” (oriunda do próprio choque), com a produção de territorialidades cada vez mais híbridas. Esse trânsito é, quase sempre, carregado de disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações, geralmente exacerbadas em situação ou condição de migração (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 117, grifos do autor).



O movimento de ir e vir em um “território alheio” que também passa, de forma ambivalente, a ser “nosso” (HAESBAERT, 2012, p. 38), resulta da imbricação entre “desterritorialização” e “(re)” ou (neo) “territorialização” (MOREIRAS, 2001, p. 342), em outras palavras, o processo de transterritorialidade pode resultar tanto na apropriação e sobreposição de territórios, não de forma radical com a perda ou desenraizamento de um território anterior, mas também no surgimento de novos territórios. Assim sendo, não confere um simples “acúmulo” ou “passagem” de uma escala espacial para outra, mas sua vivência concomitante, o que nos ao remete à Yves Lacoste denominou de “espacialidade diferencial” (HAESBAERT, 2012, p. 39).

Portanto, a transterritorialidade implica na presença de diversas territorialidades ou passagem de um território/territorialidade para outro/outra, atribuindo-se novas condições a momentos diferentes de um mesmo processo, ou seja, ela envolve não apenas o transpor de fronteiras e o transpassar de territorialidades diversas (SILVA, 2018), “mas a *transformação* efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida”. (HAESBAERT; MONDARDO, 2011, p. 35, grifo do autor). Em outras palavras, apesar de se considerar a dimensão conceitual da transterritorialidade pautada na ideia de “deslocamento”, “transição”, ela só existirá enquanto estiver condiciona à “mudança de comportamento e uma mescla cultural” (GOETTERT; MORDADO, 2009, p. 117).

Assim sendo, a transterritorialidade tem como ponto de partida as experiências econômicas, políticas, sociais e culturais dos indivíduos e/ou grupos de um determinado território-lugar, que, a partir de sua mobilidade física e até mesmo virtual, por meio do processo de desterritorialização, acionam novas territorialidades e constroem novas práticas cotidianas (sentido cultural), considerando sempre o vivido do seu local de origem e local de chegada. Esse modo de viver a territorialidade (re) afirma a sua r-existência social no campo de interação de outros territórios, ainda que o indivíduo não esteja em uma imobilidade física do espaço, é possível estar em mobilidade quando se trata de relações sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O espaço *locus* da pesquisa está localizado à margem esquerda do Rio Tocantins, na mesorregião do nordeste paraense, em uma das cidades mais antigas da Amazônia, chamada Cametá. Emoldurada pela floresta amazônica e banhada pelo rio Tocantins, Cametá possui uma paisagem peculiar às cidades ribeirinhas na Amazônia que, uma vez vista, nunca mais será esquecida, não por deixar, como outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas



recordações, mas porque tem a propriedade de permanecer na memória casa por casa e rua por rua, daqueles que a contemplam (OLIVEIRA, 2006).

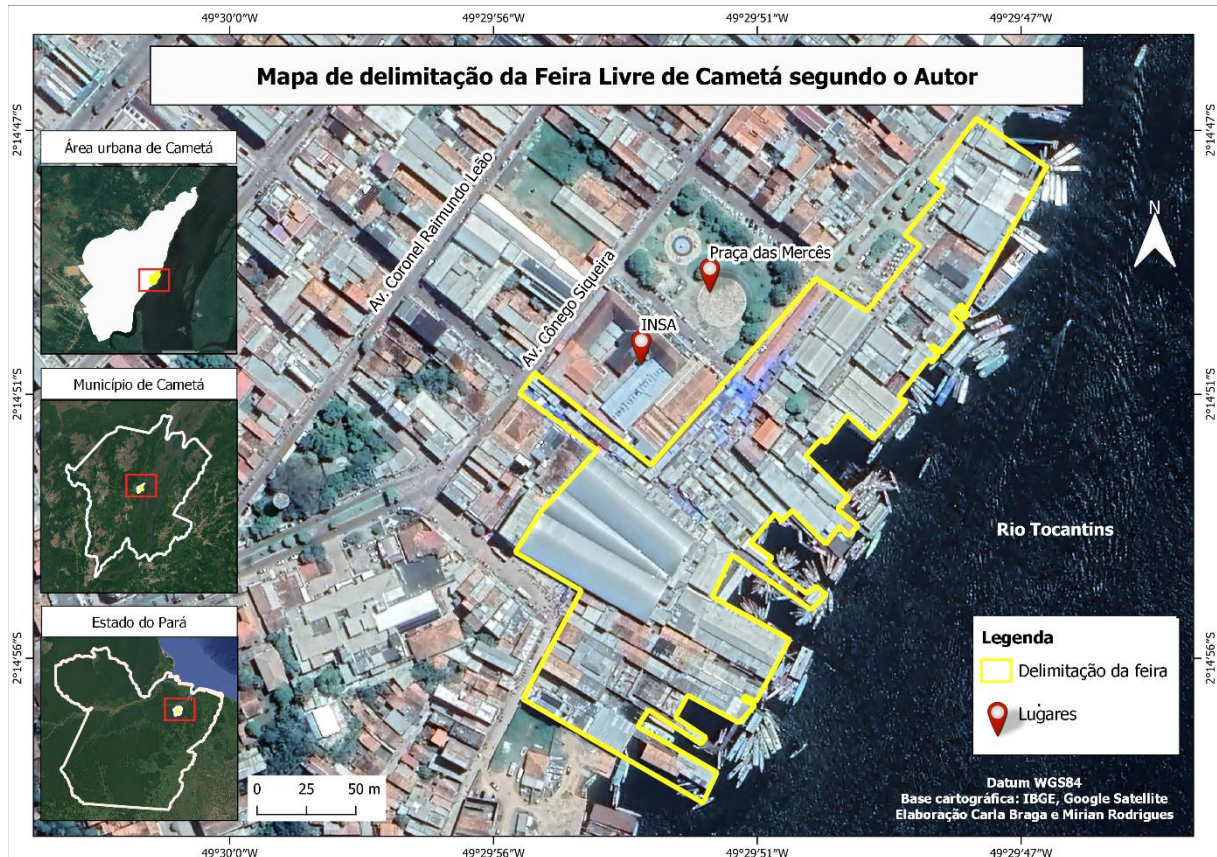
Com uma estimativa de 140.814 habitantes e uma densidade demográfica de 39,23 hab/km² (IBGE, 2021), o município é cercado pelas cidades de Mocajuba, Baião, Limoeiro e Oeiras do Pará, cidades com as quais mantém influências diretas. Sua peculiaridade em relação às demais cidades que a cercam deve-se à importância econômica e social, dada a sua *função polarizadora*⁴, o que contribui significativamente para a diversidade e heterogeneidade das formas espaciais e de viver dos sujeitos sociais que seus espaços comportam, formas estas que se contrapõem ou complementam-se nas práticas cotidianas de se fazer feira.

Assim sendo, o fato de Cametá cumprir a função de “cidade de responsabilidade territorial”, devido à sua forte e intensa dinâmica intra-urbana em relação às demais cidades da microrregião, torna sua feira livre um nódulo significativo internamente na rede, pois exerce funções urbanas que são importantes não apenas para a cidade, mas também para seus espaços rurais e ribeirinhos, além dos municípios sob seu raio de influência (SCHOR E COSTA, 2011, p. 81).

A Feira Livre de Cametá, também conhecida como “beira”⁵, localiza-se à margem esquerda do rio Tocantins, na área central do urbano cametaense, mais especificamente, no bairro de São João Batista, como evidencia o mapa a seguir:

⁴ Não se limita a influenciar a sua área urbana e rural, mas estende-se ainda a outros municípios. (PADINHA, 2010).

⁵ Expressão utilizada popularmente para se referir à porção do espaço comercial localizado beira-rio, na cidade de Cametá (“a orla”).



Mapa 01: Localização da Feira Livre de Cametá segundo a pesquisa.
Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

Quando se trata da Feira Livre de Cametá, assim como muitas feiras de cidades ribeirinhas ao longo do Rio Tocantins, é visível a forte influência do processo de ocupação colonial, o que justifica a sua localização próxima aos rios, fator que facilitava e ainda facilita o acesso a esse espaço, já que se trata de uma cidade com uma formação territorial composta de 20,3% de rios e baías, 36,4% de campos naturais, 26,2% de áreas de várzeas e ilhas, sendo formada por apenas 17,1% de terra firme (IBGE, 2021).

Articula-se diretamente com o porto e conjuntamente servem como ponto de referência para os fluxos de mercadorias que entram e saem da cidade em direção às capitais ou cidades em seu entorno, além de influenciarem o modo de vida da população que acorda antes mesmo do sol nascer para organizar ou fazer feira, como é o caso das centenas de ribeirinhos que aportam cotidianamente a partir das 4 horas nos diversos portos que dispõe a feira livre.



Imagem 01: Porto da Feira do Açaí
Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

São principalmente embarcações de pequeno e médio porte, que atravessam o rio Tocantins em direção à feira da cidade de Cametá, transportando açaí, peixe, crustáceos, hortaliças e frutas, e retornam ao meio dia, levando os lucros das vendas, pessoas e produtos adquiridos. Portanto,

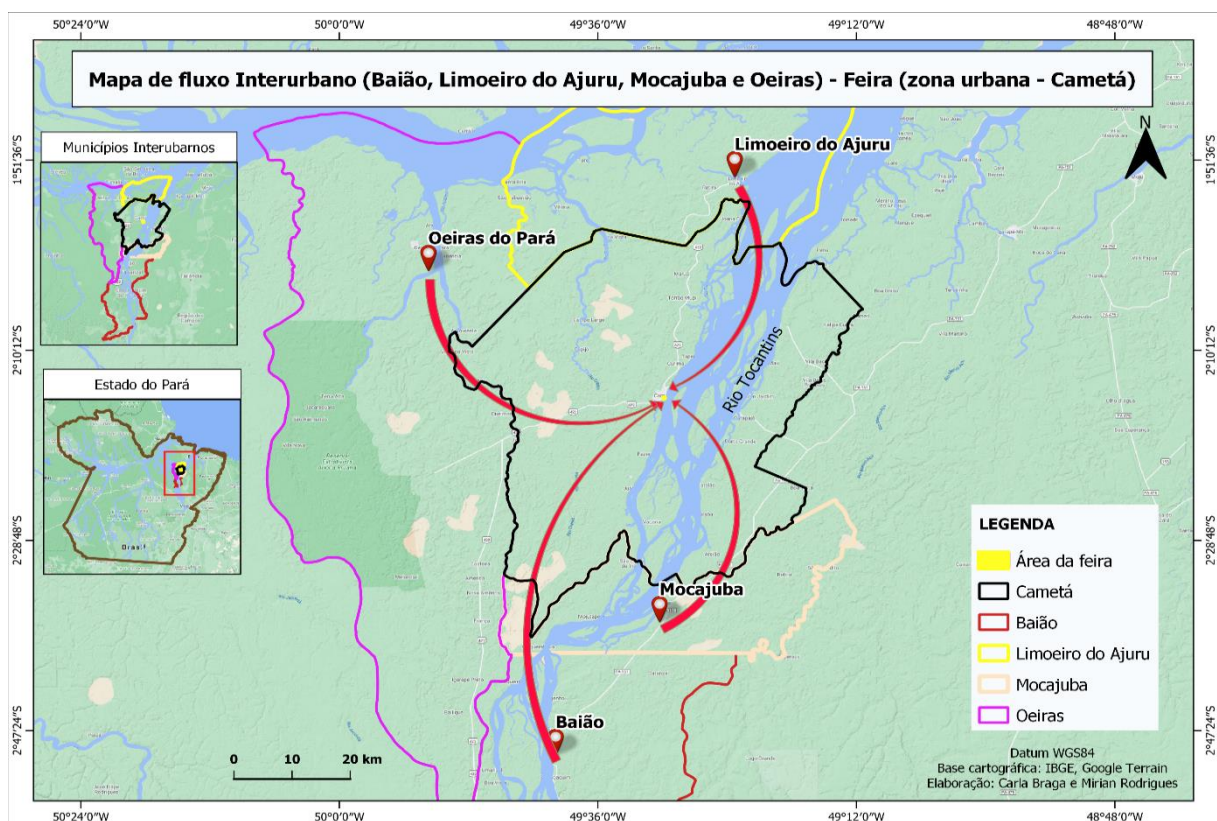
A feira e o porto registram na paisagem a dinâmica da cidade, seja pela hora de chegada e de partida dos barcos, seja pela lógica e forma de abastecimento, com produtos e fluxos notadamente locais e regionais que chegam por esses espaços. Eles dizem, de forma muito sutil, a hora que a cidade acorda, a hora que a cidade tem maior fluxo, a hora que chegam e partem barcos, a hora que a cidade faz a sesta e a hora que a cidade vai dormir. Como um relógio cotidiano, eles revelam o ritmo e o tempo da própria cidade e da própria natureza. (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008, p. 40)

Por isso, não é à toa que é considerada o coração da cidade, esse comércio varejista eleva a feira à condição de centro econômico do município e ainda funciona como mecanismo gerador de empregos formais e informais: para os feirantes que comercializam diversos produtos em múltiplos pontos de venda (ROCHA *et al.*, 2013) e também aos produtores rurais, que são a base da cadeia produtiva, principalmente ao se tratar dos hortifrutigranjeiros, que tem como fator estimulante o fiel mercado consumidor, o qual, segundo Amor *et al.* (2012), é influenciado pelo preço dos produtos, tradição, cultura alimentar desses locais.



Trata-se de um espaço composto com um conjunto de feiras menores, mercados e corredores de bancas, sendo eles: Mercado de Peixe, Mercado de Carne, Feira do Açaí, Feira da Farinha, Área externa, Setor de Lanchonetes e Galpão. Nestes espaços são comercializados a base alimentar dos amazônidas, como o peixe, açaí, farinha, camarão, hortaliças, frutas e carne, alimentos estes produzidos nos espaços ribeirinhos e rurais e transportados diariamente à feira da cidade em direção à espaços comerciais específicos, para posteriormente serem consumidos por habitantes provenientes dos seus espaços rurais, urbanos e ribeirinhos, assim como de espaços interurbanos.

Diante disso, a Feira Livre de Cameté é responsável pelo abastecimento alimentar do município em questão além de abastecer as cidades sob sua influência, pois oferece uma gama de serviços “modernos” e “não modernos”⁶ muitas vezes não encontrados ou encontrados de formas limitadas nas cidades do entorno ou nas feiras menores dos seus distritos, fator determinante para o grande deslocamento de pessoas cotidianamente à área central da cidade.



Mapa 02: Mapa de fluxo interurbano.
Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

⁶ Mais especificamente em pequena escala não moderno, já que compreende uma área micro feiras e mercados populares (SANTOS, 2008, p. 97).



O intenso *trânsito* de pessoas advindas de outras áreas da cidade, do campo, das ilhas e cidades do entorno, que, somando-se ao modelo de urbanização tradicional (BECKER, 1985) com formas espaciais urbano-ribeirinhas e uma população com vínculos e traços, culturais e históricos, com modo de vida local, produz uma (trans) territorialidade peculiar a esse espaço e em seu conteúdo manifesta a identidade de uma cidade ribeirinha na Amazônia: de economia agroextrativista, que tem o rio como fonte de recursos, deslocamento e parte do imaginário local, linguagens próprias, costumes e tradições que se expressam na dança, na forma de se relacionar, na alimentação, no consumo e expressões populares.

Diante disso, a feira destaca-se como espaço onde os aspectos socioeconômicos e culturais das cidades brasileiras espacializam-se (COUTINHO *et al*, 2006), no município pesquisado, trata-se do ponto de encontro de três realidades socioespaciais: o urbano, o campo e o ribeirinho⁷, que durante o processo de “fazer feira” desenvolvem relações humanas que anunciam-se e multiplicam-se com mais intensidade, transcendendo às relações comerciais, compreende um verdadeiro museu da cultura local de curta periodicidade.



Imagem 02: Feira Livre de Cametá (Área externa)

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

⁷ Busca-se compreender o ribeirinho não como uma extensão do campo, mas como uma categoria espacial que não se limita à materialização do modo de vida não urbano e muito se distingue do modo de vida camponês.



Imagem 03: Feira Livre de Cameté (Feira da Farinha)
Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.



Imagem 04: Feira Livre de Cameté (Mercado do Peixe)
Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.



O movimento acelerado visto de longe (imagem 02, 03 e 04) evidencia a velocidade das relações que acabam por produzir territorialidades múltiplas, trazidas de territórios distantes e próximos, cujo encontro criam novos territórios. Estas são expressas no vocabulário regional, nas formas de se fazer feira, nas brincadeiras, negociações, manifestações religiosas, nos produtos comercializados, nas trocas econômicas e simbólicas e nas formas espaciais presentes na Feira Livre.

Em suma, pode-se depreender que a transterritorialidade confere aos espaços das feiras na Amazônia Ribeirinha uma identidade transterritorial peculiar, principalmente quando se trata da Feira Livre de Cametá, expressão concreta dos processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico, refletindo as características da sociedade do baixo tocantins e constituindo a expressão espacializada das territorialidades locais e regionais presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica somando-se ao trabalho de campo na Feira Livre de Cametá, permitiu compreender que o território é um produto político, econômico, social e cultural, portanto, como condição precedente é necessária a ação de agentes produtores de territorialidades que, não produzem apenas um tipo de territorialidade, mas uma gama delas, fruto de seu deslocamento sobre o espaço. Ou seja, o feirante, ser territorial, não é apenas um feirante, este faz parte de uma família, um grupo religioso, uma associação de feirantes, um time de futebol, uma associação de moradores e/ou um grupo e escolar, em todos esses grupos e ambientes que frequenta este produz territorialidade e esta é regida *no e pelo movimento*.

O ambiente da Feira Livre de Cametá permite com que todas essas territorialidades possam se encontrar e produzir novas territorialidades a partir destas pré-existentes e de suas relações com outros agentes territoriais. É o espaço em que o ribeirinho, o camponês, o quilombola, o morador dos bairros periféricos e de outras cidades se encontram e compartilham históricas, costumes e refeitas de remédios caseiros, assim como trocam informações sobre o futebol ou até mesmo de jogos ilegais como o jogo do bicho, e são essas territorialidades que surgem a partir desse contato que refletem a identidade transterritorial do município de Cametá e de algumas cidades do Baixo Tocantins.



REFERÊNCIAS

BECKER, B. *Fronteira e Urbanização Repensadas*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 47 (3/4): 357-371, julho/dezembro, 1985.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: *Ambientes: estudos de geografia*. (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas* – vol. 2 – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CASTELLS, M. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. I, A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. In: *Olhares geográficos – Modos de ver e viver o espaço*. Org. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

FUINI, Lucas Labigalini. *O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações*. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21, n.1, 2017, p. 19-29

GIL, Izabel Castanha. *Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo*. Revista Nera, n.4(7), 2004, p.5–19. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1476/1452>> Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

GOETTERT, Jones Dari; MONDARDO, Marcos Leandro. *O “Brasil migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades*. Rio de Janeiro: GEOgraphia, v. 11 n. 21, 2009.

HAESBAERT; Rogério; LIMONAD, Ester. *O território em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Revista Geo UFRJ, 2007.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF., 1997.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et al., *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 165-206.

HAESBART, Rogério. *Identidades Territoriais*. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações Culturais no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999^a

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. – 4^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.19-36.



HAESBART, Rogério; MONDARDO, Marcos. *Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana*. Rio de Janeiro: GEOgraphia, v. 12 n. 24, 2011.

HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. RJ: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A., (orgs). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 27-46. ISBN 978-85-232-1238-4.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/cameta.html>>. Acesso: 11 jun. 2021.

MONDARDO, Marcos. “A dinâmica multi/transterritorial dos povos Guarani e Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai”. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 218-233 DOI 10.21507/9788563800367-13

MOREIRAS, A. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latinoamericanos*. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2001.

OLIVEIRA, J. Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. In: Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência. *Ciência e Cultura*. V. 58. N. 3. São Paulo, 2006.

PADINHA, Marcel Ribeiro. *Em Terras Precárias Quem Tem Pouco é Centro: o papel das pequenas cidades na rede urbana amazônica: uma análise a partir de Cametá-Pa*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA, Belém, 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. SP: Ática, 1993.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. London: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre, EST Edições, 2003/2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.



SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. TEIXEIRA, Eduardo T. *Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto*. Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 2009, p. 29-66.

SCHOR, Tatiana, COSTA, D. P. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões - AM In: *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. 1 ed. Florianópolis : Insular, 2011, v.1, p. 129-146.

SILVA, Daniela Florêncio da. *Viver “entre-lugares” e a transterritorialidade no campo de refugiados de Dadaab (Quênia)*. Sergipe: Revista de Geografia (Recife) V. 35, No. 1 (especial), 2018.

TRINDADE JR., S. C.; AMARAL, M. D. B.; SILVA, M. A. P. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., S. C.; TAVARES, M. G. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-47.